

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

EOLA VANESSA DOS SANTOS PASSONI

**PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS TOMADORES DE MICROCRÉDITO DA
AGÊNCIA DE FOMENTO PARANÁ S.A. NO ANO DE 2017**

CURITIBA

2018

EOLA VANESSA DOS SANTOS PASSONI

**PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS TOMADORES DE MICROCRÉDITO DA
AGÊNCIA DE FOMENTO PARANÁ S. A. NO ANO DE 2017**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientadora: Profa. Dra. Denise Maria Maia

CURITIBA

2018

TERMO DE APROVAÇÃO

EOLA VANESSA DOS SANTOS PASSONI

PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS TOMADORES DE MICROCRÉDITO DA AGÊNCIA DE FOMENTO PARANÁ AS NO ANO DE 2017

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof.^a Dra. Denise Maria Maia
Departamento de Economia, UFPR

Prof. ^a Dra. Ana Lúcia Jansen de Mello de Santana
Departamento de Economia, UFPR

Prof.^a Msc. Dayane Rocha de Pauli
Departamento de Economia, UFPR

Curitiba, 05 de dezembro de 2018.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por permitir toda essa trajetória. Por ter me concedido a vida e ainda por que me deu forças nos momentos em que questioneei se seria este o caminho. Agradeço porque hoje posso ver que, embora longa, árdua, foi de muito aprendizado e muito crescimento.

A minha família, em especial ao meu esposo Juliano, que esteve sempre ao meu lado nos dias de angústia e me inspirou a perseguir o meu sonho. Aos meus pais, José e Serli que, muito embora pouco tiveram acesso à educação, sempre me apoiaram e tiveram muita alegria por me ver cursar uma graduação, principalmente por ser em uma Universidade pública de grande reconhecimento. Às minhas filhas, Emanuele e Aline, que em muitos momentos tiveram que fazer silêncio para me ajudar a manter a concentração, quando a minha vontade era estar brincando com elas.

A professora Denise, orientadora que me ajudou a entender o melhor caminho a seguir neste trabalho.

A todos os professores que fizeram parte da minha vida acadêmica, com os quais tive a oportunidade de aprender.

Ao corpo diretivo da Fomento Paraná, pela disponibilização dos dados presentes nesta monografia.

A toda equipe de Fomento Paraná, em especial aos colegas Richer e Moacir, sempre dispostos a auxiliar, emprestando um pouco dos seus conhecimentos e acrescentando muito em minha vida profissional e acadêmica.

“Todo mundo nasce empreendedor. Alguns têm a chance de libertar esse potencial. Outros nunca vão ter a chance ou nunca souberam que tinham essa capacidade.”

Muhammad Yunus

“Uma sociedade sem crédito é uma sociedade de oportunidades limitadas (...)”

Marcelo Neri

RESUMO

As primeiras experiências de microcrédito no mundo, já demonstravam seu potencial impacto sobre indicadores de desenvolvimento econômico. Desde Muhammad Yunus e seu Grameen Bank, os recursos de pequena monta, direcionados para atender empreendedores de baixa renda, tem ganhado espaço na agenda das diversas esferas de governo. A iniciativa tem sido inclusive, recomendada por organismos como o Banco Mundial. O Brasil, já com várias iniciativas de microcrédito consolidadas, há diferenças que ficam evidentes quando analisado o perfil socioeconômico dos tomadores. Diante disso, o presente trabalho tem por objetivo conhecer o perfil socioeconômico dos tomadores de microcrédito do Programa Banco do Empreendedor Microcrédito da Agência de Fomento do Paraná. Verificou-se as variáveis relacionadas à moradia, existência de funcionários, ramo de atividade, sexo, escolaridade, idade, faturamento mensal e anual, linha de crédito, tempo e tipo de empresa, forma de tributação, valor e prazo dos financiamentos. O período compreendido foi o ano de 2017. As informações foram obtidas através de relatórios emitidos pela Fomento Paraná, estratificados no programa Excel e referenciadas geograficamente através do mapa de pesquisa do IPARDES. Os resultados revelam que, muito embora o Programa atenda também a empreendedores informais (PF), os contratos emitidos para Pessoas Jurídicas em 2017, representam a grande maioria com 75,6% dos contratos assinados; e 83,2% do montante destinado a todo estado. A média de valor emprestado por contrato foi de R\$ 11.256,03, com parcela média de R\$ 533,87 e prazo médio foi de 25,6 meses. Foi revelada também a influência da Região Norte-Central Paranaense com 19,9% dos contratos assinados e 19,3% do total de recursos destinados ao estado. Ao evidenciar algumas das características dos tomadores, é possível verificar a correspondência aos objetivos do programa. Por outro lado, características como: tipo de imóvel, faturamento anual, valor médio dos contratos, demonstram que o programa tem atendido um público em uma condição socioeconômica, de certa maneira, um pouco mais confortável do que aquele preconizado na gênese do microcrédito. Evidenciadas essas características, este trabalho poderá contribuir como um instrumento auxiliar para a instituição Fomento Paraná e sua rede de agentes de crédito, oferecendo subsídios para uma ação mais direcionada nas diversas regiões do estado, contribuindo para que o recurso do microcrédito, oferecido através do PBE, chegue aos empreendedores paranaenses de maneira mais efetiva.

Palavras-chave: Perfil Socioeconômico. Microcrédito. Agência de Fomento do Paraná.

ABSTRACT

The first experiences of microcredit in the world, already showed their potential impact on indicators of economic development. Since Muhammad Yunus and his Grameen Bank, small-scale resources, aimed at serving low-income entrepreneurs, have gained space on the agenda of various spheres of government. The initiative has even been recommended by agencies such as the World Bank. Brazil, with several consolidated microcredit initiatives, there are differences that are evident when analyzing the socioeconomic profile of the borrowers. Therefore, the objective of this study is to know the socioeconomic profile of the microcredit borrowers of the Microcredit Entrepreneur Bank Program of the Paraná Development Agency. Variables related to housing, employees' existence, field of activity, gender, schooling, age, monthly and annual billing, credit line, time and type of company, taxation method, value and term of financing were verified. The period comprised the year of 2017. The information was obtained through reports issued by Fomento Paraná, stratified in the Excel program and referenced geographically through the research map of IPARDES. The results show that, although the Program also serves informal entrepreneurs (FP), contracts issued to Legal Entities in 2017 represent the great majority with 75.6% of the contracts signed; and 83.2% of the amount allocated to all states. The average amount borrowed per contract was R \$ 11,256.03, with an average installment of R \$ 533.87 and an average term of 25.6 months. It was also revealed the influence of the North-Central Region of Paraná with 19.9% of the contracts signed and 19.3% of the total resources destined to the state. By showing some of the characteristics of the borrowers, it is possible to verify the correspondence to the objectives of the program. On the other hand, characteristics such as: type of property, annual turnover, average value of contracts, demonstrate that the program has served an audience in a socioeconomic condition, somewhat more comfortable than the one advocated in the microcredit genesis. With these characteristics in mind, this work may contribute as an auxiliary tool for the Fomento Paraná institution and its network of credit agents, offering subsidies for a more targeted action in the different regions of the state, contributing to the microcredit resource, offered through the PBE , reach the Paraná entrepreneurs more effectively.

Key-words: Socioeconomic Profile. Microcredit. Paraná Development Agency.

LISTA DE SIGLAS

AITEC	- <i>Accion International</i>
BADEP	- Banco de Desenvolvimento do Paraná
BCB	- Banco Central do Brasil
BID	- Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNB	- Banco do Nordeste do Brasil
BNDES	- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CDC	- Crédito Direto ao Consumidor
CEAPE/RS	- Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos Ana Terra
CMN	- Conselho Monetário Nacional
CREDIAMIGO	- Programa de Microcrédito do Banco do Nordeste
EIRELI	- Empresas Individuais de Responsabilidade Limitada
EPP	- Empresas de Pequeno Porte
FAT	- Fundo de Amparo ao Trabalhador
FENAPE	- Federação Nacional de Apoio aos Microempreendimentos
GTZ	- Sociedade Alemã de Cooperação Técnica
IAF	- <i>InterAmerican Foundation</i>
IAF	- <i>Inter-American Foundation</i>
IMF	- Instituições de Microfinanças
MEI	- Micro Empreendedor Individual
MPO	- Microcrédito Produtivo Orientado
ONG	- Organizações Não Governamentais
PBE	- Programa Banco do Empreendedor
PF	- Pessoa Física
PJ	- Pessoa Jurídica
PNMPO	- Programa Nacional do Microcrédito Produtivo Orientado
PORTOSOL	- Instituição Comunitária de Crédito – Porto Alegre/RS
PROES	- Programa de Incentivo à Redução da Presença do Setor Público na Atividade Financeira
PROMICRO	- Programa de Apoio à Microempresa
SEBRAE	- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SFN	- Sistema Financeiro Nacional
SGC	- Sociedades Garantidoras de Crédito

SIMPLES	- Regime Tributário diferenciado e simplificado
SM	- Salários Mínimos
TMPF	- Tomadores de Microcrédito Pessoa Física
TMPJ	- Tomadores de Microcrédito Pessoa Jurídica
UNICEF	- <i>United Nations Children's Fund</i>
UNO	- União Nordestina de Apoio a Pequenas Organizações

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 REVISÃO DE LITERATURA.....	13
2.1 CONCEITUAÇÃO DE MICROCRÉDITO.....	13
2.2 MICROCRÉDITO VERSUS MICROFINANÇAS.....	14
2.3 CARACTERÍSTICAS DO MICROCRÉDITO.....	15
2.4 MICROCRÉDITO DE CONSUMO E MICROCRÉDITO PRODUTIVO.....	16
2.4.1 MICROCRÉDITO PRODUTIVO ORIENTADO	17
2.5 HISTÓRICO: A EXPERIÊNCIA EM BANGLADESH.....	19
3 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO MICROCRÉDITO NO BRASIL.....	21
3.1 MICROCRÉDITO NO PARANÁ E A CRIAÇÃO DA AGÊNCIA DE FOMENTO DO PARANÁ.....	24
3.1.1 Linhas de Crédito da Agência de Fomento do Paraná	26
4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS	30
4.1 CONTEXTO HISTÓRICO DE CONTRATOS DE MICROCRÉDITO DOS ANOS DE 2011 A 2017	30
4.2 DADOS GERAIS DOS CONTRATOS DO ANO DE 2017	31
4.2.1 Perfil socioeconômico dos Tomadores de Microcrédito Pessoa Física	35
4.2.2 Perfil socioeconômico dos Tomadores de Microcrédito Pessoa Jurídica	38
4.2.3 Distribuição de contratos por regionais IPARDES.....	40
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES	43
BIBLIOGRAFIA	46

1 INTRODUÇÃO

No que diz respeito às funções do microcrédito, há certo consenso entre os pesquisadores do tema que as políticas de microcrédito permitem a redução da pobreza e conseqüentemente os níveis de desigualdade social, tão presentes em países em desenvolvimento.

Desta forma, as políticas públicas que promovem o microcrédito, vêm conquistando certo destaque na agenda das diversas esferas de governo ao longo dos últimos. Essas políticas visam facilitar o acesso ao crédito aos microempreendedores de baixa renda, com pouca ou nenhuma garantia real, que encontram dificuldades de acesso ao sistema bancário tradicional. A promoção do microcrédito propicia um mecanismo eficaz de combate à pobreza e inclusão social (MORAES, 2010; LIMA, 2016).

No estado do Paraná, a Agência de Fomento, alinhada com as políticas do estado, vem fortalecendo ano a ano sua atuação na modalidade de microcrédito. Essa trajetória de crescimento e sua consolidação como instituição de fomento aos micro e pequenos empreendedores, tem motivado vários trabalhos sobre a instituição e suas operações (PEREIRA, 2008; RODRIGUES, 2011, MATTANA, 2016; MAGALHÃES JUNIOR, 2016).

Neste trabalho será considerada a experiência do estado do Paraná, da Agência de Fomento do Paraná (FOMENTO PARANÁ), sua política de microcrédito, o Programa Banco do Empreendedor Microcrédito (PBE), que tem como finalidade apoiar financeiramente o crescimento e fortalecimento de pequenos negócios, que movimentam a economia local (Fomento Paraná, 2018).

Sendo assim, esse estudo objetiva avaliar o perfil socioeconômico dos tomadores de microcrédito do Programa *Banco do Empreendedor Microcrédito* da Fomento Paraná e sua correspondência aos objetivos deste, no ano de 2017. Auxiliando na construção de um histórico recente de atuação do programa e fornecendo subsídios que poderão contribuir como um instrumento de apoio para a instituição Fomento Paraná em suas ações dentro do PBE.

A metodologia da pesquisa, quanto aos seus objetivos, é descritiva e exploratória (GIL, 2007) e a análise dos dados foi executada de maneira quantitativa.

A primeira etapa consistiu em uma revisão bibliográfica em artigos, dissertações, teses, revistas e sites especializados, com a finalidade de

embasamento teórico para o assunto. Trazendo alguns conceitos de microcrédito, suas características, como está inserido no subconjunto das microfinanças e principalmente as particularidades que o diferem do crédito destinado ao consumo. Com objetivo de elucidar a criação e evolução histórica do Microcrédito, foi abordado o surgimento de uma das mais conhecidas iniciativas de sucesso do microcrédito do mundo, desenvolvida em Bangladesh pelo então professor de economia Muhammad Yunus.

Em seguida, foi abordado o histórico no Brasil e experiências pioneiras já na década de 70, como a União Nordestina de Apoio a Pequenas Organizações (UNO), no Recife, e tantas outras que auxiliam na compreensão da trajetória percorrida pelo Microcrédito no país. Bem como, revisitado o histórico do Paraná e o contexto nacional da criação das Agências de Fomento. Ainda nessa seção, um enfoque à criação da FOMENTO PARANÁ, sua posição na estrutura do Sistema Financeiro Nacional (SFN) e sua atuação na economia do estado, salientando seu papel como operadora de microcrédito, com a finalidade de subsidiar e contextualizar o tema.

Posteriormente, foram apresentados dados gerais dos contratos de emitidos de 2011 a 2017, demonstrando de maneira mais abrangente, o comportamento dos dados no período. Em seguida, foram avaliados as características dos tomadores de Microcrédito do PBE da Fomento Paraná no ano de 2017, com o intuito de oferecer subsídios para delinear o perfil do tomador naquele período. Uma seção final resume as considerações finais e recomendações para trabalhos futuros acerca do tema Microcrédito.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Neste capítulo será apresentada a conceituação de microcrédito e suas características, com o objetivo de demonstrar sua posição dentro das microfinanças e delinear o conceito adotado nesse trabalho, bem como diferenciá-lo do crédito utilizado para consumo.

2.1 CONCEITUAÇÃO DE MICROCRÉDITO

Primeiramente, faz-se necessário definir o conceito de microcrédito a ser utilizado ao longo deste trabalho. Frequentemente, o conceito de microcrédito é confundido com o de microfinanças. Isso ocorre por desconhecimento ou quando o único serviço disponível de uma instituição de microfinanças é o crédito. Além disso, muita confusão se faz entre Microcrédito Produtivo e programas de crédito popular, que têm por objetivo final aumentar consumo e não o financiamento da atividade produtiva. Importante também distinguir o conceito de Microcrédito Produtivo Orientado, que é o principal foco deste estudo e que tem no agente de crédito seu grande diferencial.

A literatura relativa às características do microcrédito possui pontos em comum entre a maioria dos autores, como por exemplo, a restrição da sua destinação ao consumo (MONZONI NETO, 2006; BARONE et al., 2002). Surgem divergências quando alguns referem-se aos baixos valores emprestados enquanto outros enfatizam a baixa renda dos tomadores de empréstimo para caracterizá-lo como microcrédito.

De acordo com Barone et al. (2006), o microcrédito é um crédito especializado para determinado segmento da economia: o pequeno empreendimento informal e as microempresas, voltado para apoiar negócios de pequeno porte, gerenciados por pessoas de baixa renda e que não é destinado a financiar o consumo. Resumidamente, Schreiner (2001) define microcrédito como o crédito concedido a pessoas de baixa renda, enquanto para Barone et al, 2002:

Microcrédito é a concessão de empréstimos de baixo valor a pequenos empreendedores informais e microempresas sem acesso ao sistema financeiro tradicional, principalmente por não terem como oferecer garantias reais. É um crédito destinado à produção (capital de giro e investimento) e é concedido com o uso de metodologia específica (BARONE, 2002, p 11.).

Segundo Costanzi (2002), o microcrédito pode ser entendido como crédito para pobres ou microempreendedores de baixa renda sem acesso ao crédito formal, sendo um mecanismo autossustentável, que viabiliza a disponibilidade de ativos produtivos e que propicia o combate à pobreza e à exclusão social, dado sem garantias reais.

Essas pessoas que vivem em situação de exclusão ou pré-exclusão do sistema financeiro tradicional, que demonstram capacidade e podem desenvolver um negócio bem sucedido, possuem no microcrédito um instrumento de promoção da iniciativa do empreendedorismo (ALVES, 2006).

Ao expandir o crédito para aqueles que não têm acesso ao sistema bancário tradicional, as políticas públicas reduzem as desigualdades de oportunidade entre os empreendedores, auxiliam na redução da pobreza, além de favorecer a alavancagem e a expansão dos microempreendimentos. Ou seja, o microcrédito é, também, uma ferramenta de inclusão social (BANERJEE et al., 2015; BRAGA, 2011; MATOS, 2012).

Apesar de justificada a relevância social e envergadura do Microcrédito, na ausência de uma política econômica mais contundente voltada para a produção e o emprego, ele não deve ser considerado uma panacéia a ser utilizada como instrumento de política social compensatória. Porém, respeitados os seus limites e voltado para as necessidades e possibilidades de sua clientela, ele pode constituir-se em um importante instrumento, entre outros, de fomento do desenvolvimento econômico e social. (SANTOS, 2002).

2.2 MICROCRÉDITO VERSUS MICROFINANÇAS

Para melhor elucidar a divergência na terminologia utilizada na bibliografia deste assunto, são colocados alguns exemplos como o de Parente (2002), onde o microcrédito é apenas um dos serviços financeiros dentro do grupo das

microfinanças. Além dos pequenos valores, o crédito é direcionado a um público em geral excluído do sistema financeiro convencional, de mais baixa renda, em especial aos microempreendedores do segmento informal da economia.

Na mesma linha de pensamento, Costa (2010), explica que as microfinanças são mais abrangentes que o microcrédito, oferecendo outros serviços financeiros para os segmentos da sociedade que não têm acesso à rede bancária tradicional. Detalhando um pouco mais, Brusky e Fortuna (2002), referem-se à microfinanças como serviços financeiros, entre eles crédito, poupança ou seguros de pequeno porte.

Nesses serviços de microfinanças, que segundo Costanzi (2002) são direitos fundamentais do homem, não é o cliente que procura o banco e sim a instituição financeira que procura o cliente por meio dos agentes de crédito. Oferecendo um serviço ágil e desburocratizado.

Face aos conceitos apresentados e reconhecendo a similaridade entre eles, adotaremos neste trabalho o conceito de microfinanças como a prestação de serviços financeiros adequados e sustentáveis para a população de baixa renda tradicionalmente excluída do sistema financeiro tradicional com a utilização de produtos, processos e gestão diferenciados. (SEBRAE, 2005).

Já para o microcrédito, será considerado a definição de Barone et. al (2002), que considera o microcrédito como a concessão de empréstimos de baixo valor a pequenos empreendedores informais e microempresas sem acesso ao sistema financeiro tradicional, principalmente por não terem como oferecer garantias reais. É um crédito destinado à atividade produtiva (capital de giro e investimento) e é concedido com o uso de metodologia específica.

2.3 CARACTERÍSTICAS DO MICROCRÉDITO

Diferentemente dos créditos oferecidos no sistema bancário tradicional, o microcrédito não exige garantias reais nas operações. Normalmente o tipo de garantia flutua entre aval de terceiros, aval solidário¹ ou até mesmo valer-se de

¹ União de um grupo de tomadores de crédito, normalmente, de 3 a 5 pessoas, para realizarem um compromisso em conjunto, exercendo a confiança mútua (BARONE et al., 2002).

cartas de garantias oferecidas por Sociedades Garantidoras de Crédito (SGCs)². Neste último caso, quando o tomador do crédito não desejar ou não conseguir um avalista/fiador.

Outra característica do microcrédito orientado, que o difere dos chamados CDC, é a presença de um contínuo assessoramento e monitoramento da gestão junto ao tomador, por parte da agência que concedeu o crédito, sendo a avaliação, proximidade, abordagem, atitudes e linguagem do Agente de Crédito essenciais para o êxito do negócio (SELA et al., 2006 apud SOUZA e PEREIRA, 2014) destacam principalmente, a análise socioeconômica do cidadão/cliente, realizada pelo agente de crédito nesta característica.

A acessibilidade ao banco, com uma maior proximidade do cliente, aliada a redução da burocracia, agilidade na entrega do crédito (que é o menor prazo possível entre a solicitação e a entrega), proporciona baixo custo de transação (BARONE et al., 2002).

Por fim, os impactos que o microcrédito oportuniza são amplamente reconhecidos. Pois a juros reduzidos, os tomadores de empréstimo não precisam recorrer ao sistema tradicional nem aos agiotas, resultando em um melhor aproveitamento do fruto de seu trabalho, possibilitando a melhora da qualidade de vida, seja nos aspectos habitacionais, alimentares vestimentas, educacionais e nível de consumo em geral, elevando consequentemente a sua auto-estima. (MAYRINK, 2009).

2.4 MICROCRÉDITO DE CONSUMO E MICROCRÉDITO PRODUTIVO

A recorrente confusão que se faz entre Microcrédito Produtivo e programas de crédito popular é alertada por Monzoni Neto (2006), pois o segundo têm por objetivo final aumentar consumo e não o financiamento da atividade produtiva. Segundo ele, deve-se ao fato que bancos públicos federais de grande alcance midiático, utilizam o termo microcrédito em suas campanhas publicitárias de produtos de créditos de pequena monta, voltados à população de baixa renda.

² São instituições que oferecem cartas de garantias para empreendedores associados, mediante análise de crédito.

Vale ressaltar que esses produtos divulgados, ou seja, os créditos para consumo (CDCs), não garantem que os recursos sejam utilizados para a cadeia produtiva dos tomadores de crédito. Eles podem ser usados para consumo pessoal e/ou pagamento de dívidas. Além disso, não é certo que estes recursos efetivamente sejam alocados na população de baixa renda, pois o sistema de garantias não garante isso, ou seja, a metodologia utilizada no programa de crédito popular difere muito da adotada nos modelos de Microcrédito Produtivo.

Já o microcrédito produtivo, como o próprio nome indica, deve ser necessariamente utilizado na atividade produtiva (capital de giro e investimento), tendo como público alvo, empreendedores formais ou informais que normalmente não teriam acesso ao sistema bancário tradicional (BARONE, 2002).

Portanto, estes programas não são comparáveis nos seus objetivos finais, nas metodologias disponíveis, no que se refere ao público-alvo e, muito menos, em volume de recursos, pois de acordo com Monzoni Neto, (2006) os recursos disponíveis em microcrédito de consumo passam da casa dos bilhões de reais, diferentemente do mercado de microcrédito produtivo.

2.4.1 Microcrédito Produtivo Orientado

O fornecimento de serviços como os clientes os necessitam, criando-os ou adaptando-o às suas necessidades é fundamental para o crescimento de qualquer negócio, e com o microcrédito não é diferente. Mas para isso ocorrer é necessário entender a clientela, suas preferências, suas dificuldades, inclusive os fatores geográficos e culturais de cada região que sobre ela influem. Neste sentido, uma melhor compreensão do papel que as relações sociais desempenham na maneira como as pessoas administram seu dinheiro pode propiciar a significativos *insights* em relação aos mecanismos de garantias e à questão das formas de pagamentos. (BRUSKY e FORTUNA, 2002).

Em termos gerais, o Microcrédito Produtivo Orientado é um crédito especializado para um determinado segmento da economia: os micro e pequenos empreendimentos, formais e informais. Destina-se a negócios de pequeno porte, gerenciados por pessoas de baixa renda, e não se destina a financiar o consumo. (BARONE e SADER, 2008).

A definição de Alves e Soares, (2004) e BNDES, (2002) é mais sucinta, descrevendo como um crédito produtivo popular, com foco no financiamento a microempreendedores de baixa renda e reforça que o crédito é exclusivo para aplicação em sua atividade profissional.

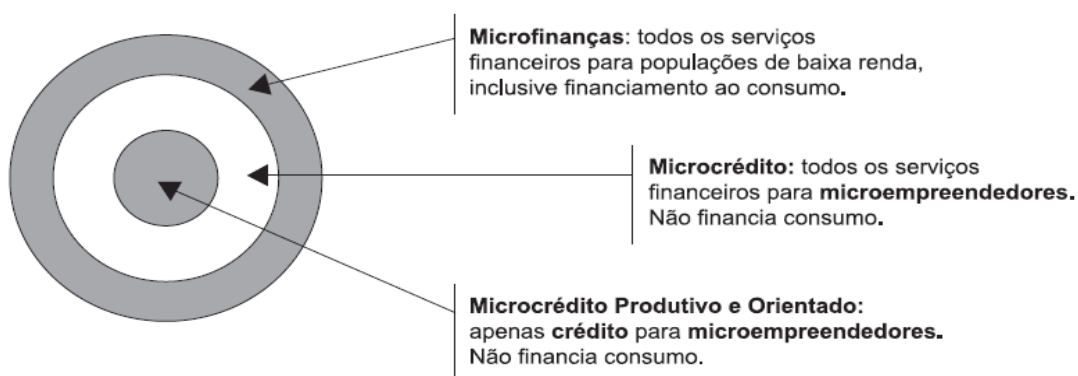
A presença do Agente de Microcrédito torna-se indispensável para tornar possível e atender as especificidades do Microcrédito Produtivo Orientado, com a sensibilidade e os *insights* citados por BRUSKY e FORTUNA, (2002).

Esse agente é morador da área em que atua e tem seu contato com os microempreendedores de uma forma direta e amigável, o que se traduz em uma maior confiança dos tomadores com a instituição que concede o crédito (MALERMAN, 2013). Ele se utiliza de metodologia baseada no relacionamento direto com empreendedores no local onde é executada a atividade econômica.

Trata-se de uma modalidade de crédito oportuna para a geração de renda, que leva a uma melhoria na capacidade de consumo das unidades familiares que a acessa, oportunizando o desenvolvimento dos pequenos negócios (BARONE e SADER, 2008) e alavancando a economia local.

Após a explanação de Microfinanças, Microcrédito e Microcrédito Produtivo Orientado, torna-se útil a representação gráfica da estrutura das microfinanças no Brasil, segundo Alves e Soares (2006), que pode ser observada na figura a seguir:

FIGURA 1: ESTRUTURA DAS MICROFINANÇAS NO BRASIL



Fonte: Alves e Soares, 2006

A figura 1 mostra o universo das microfinanças e o posicionamento da categoria MPO. Sem considerar proporcionalidade, a representação visa demonstrar os subconjuntos das Microfinanças, evidenciando o MPO com um conceito mais delineado e com metodologia diferenciada das demais categorias.

2.5 HISTÓRICO: A EXPERIÊNCIA EM BANGLADESH

Em 1974, Mohamed Yunus, professor universitário de Bangladesh, inconformado com a fome avassaladora que seu país passava, resolveu sair das salas de aula, começando pela aldeia de Jobra, observando a realidade da economia da vida real de uma pessoa pobre. Através do trabalho de campo de uma equipe de alunos, constatou que a maioria dos habitantes viviam em condições sub-humanas. Um caso em especial lhe chamou a atenção, o de uma artesã que confeccionava tamboretes de bambu praticamente escravizada, tomando empréstimos de intermediários a juros altíssimos, em um círculo vicioso e de dependência degradante (YUNUS, 2006).

No livro “O Banqueiro dos Pobres”, Yunus relata como a experiência individual com a artesã o deixou inquieto, gerando nele uma indagação: Quantas pessoas tomam empréstimo de intermediários nesta aldeia? Após uma semana, graças ao trabalho de sua equipe, obteve o resultado: 42 pessoas tomaram ao todo cerca de 27 dólares emprestados de agiotas. Indignado pela pobreza em que essas pessoas viviam, não sendo pobres por estupidez ou preguiça, realizando tarefas físicas complexas, reconheceu que o problema era estrutural e não individual.

Foi então que resolveu emprestar a estas 42 pessoas os 27 dólares, para que elas pudessem pagar seus intermediários e então vender seus produtos, obtendo um lucro vantajoso em relação à mão de obra empregada em seus produtos para apenas após a venda realizar a devolução dos valores emprestados, sem juros (YUNUS, 2006).

Uma semana depois, Yunus notou que sua solução para aquela situação era uma lógica emocional e que ainda carecia uma solução institucional. Foi aí que entrou em contato com um banco local para lhe pedir que emprestasse dinheiro aos pobres com taxas menores (YUNUS, 2006). Porém, depois de muito procurar, concluiu que este tipo de crédito não era de interesse dos bancos de Bangladesh. Justificavam-se dizendo que as pessoas mais pobres não tinham garantias a

oferecer, e que as operações de crédito de valores pequenos eram onerosas demais ao ponto de não cobrir o custo operacional da instituição.

Diante destes percalços e do desejo de aperfeiçoar e impulsionar a idéia, este foi o início do chamado microcrédito, que depois veio a consolidar-se com a criação do Grameen Bank em 1976 e a oficialização como banco em 1983 (NISCHT e SANTOS, 2001)

Em sua primeira década, ainda como Fundação Grameen, atuou juntamente com uma rede de instituições de microfinanças na África, Américas, Ásia e Oriente Médio com o intuito de ampliar o microfinanciamento para as pessoas mais pobres do mundo. Para atingir tal patamar, forneceu às organizações parceiras financiamento e suporte técnico. Em 2009, a rede de 52 membros forneceu microcréditos e outros serviços a 10,9 milhões de pessoas.

Enfrentando as múltiplas dimensões dos problemas relacionados à pobreza, em sua segunda década, a Fundação Grameen ampliou sua abordagem, identificando soluções baseando-se nos pontos fortes dos pobres, empregando tecnologia no seu trabalho, fortalecendo itens como a resiliência, a segurança alimentar, aumentando os rendimentos e conseqüentemente a saúde, melhora qualidade de vida e criando segurança financeira aos seus tomadores de crédito.

Em 2016, uma parceria robusta é realizada, a Fundação *Grameen* e a organização sem fins lucrativos *Global Freedom from Hunger*, fundada em 1946, unem-se com o propósito de reduzir a fome e a pobreza no mundo. Esta união aproxima a inovação digital da *Grameen* com o foco de ferramentas de auto-ajuda às mulheres mais pobres do mundo da *Freedom from Hunger*.

Hoje, a idéia do *Grameen* é disseminada em vários países, conhecida como Microcrédito, tendo se tornado uma solução factível e real de combate à pobreza e inclusão social. Além disso, pratica a solidariedade e consciência comunitária, já que o agente de crédito atua como conselheiro, consultor, educador e fiscal. Este agente na maioria das vezes, pertence à comunidade e isso facilita o seu trabalho na seleção dos microempreendedores e na formação dos grupos solidários. Nele está o diferencial em relação aos bancos, pois o agente de crédito vai até os clientes. (TUPER, 2010).

3 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO MICROCRÉDITO NO BRASIL

Segundo Barone et al. 2002, o Brasil foi um dos primeiros países no mundo a experimentar o microcrédito para o setor informal urbano. Existiram inicialmente algumas experiências pioneiras como a União Nordestina de Apoio a Pequenas Organizações (UNO), em 1973, no Recife, com a união de empresários, líderes locais e pela organização internacional AITEC, hoje denominada *Accion International*. Suas ações fomentaram o associativismo como cooperativas, associações de artesãos, e grupos de compra. Por muito tempo suas experiências e pesquisas foram referência para outras iniciativas de crédito latino-americanas, e mesmo com o aporte financeiro estrangeiro na época não obteve sustentabilidade e encerrou suas atividades dezoito anos depois.

Em 1987, na cidade de Porto Alegre, o conceito de Aval Solidário, foi replicado através do Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos Ana Terra (CEAPE/RS), uma Organização Não Governamental também apoiada por organizações internacionais como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e da *InterAmerican Foundation* (IAF). Devido a sua expansão, três anos mais tarde foi criada a Federação Nacional de Apoio aos Microempreendimentos (FENAPE), conhecida como CEAPE Nacional.

Também apoiado por instituições internacionais como o *United Nations Children's Fund* (UNICEF) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em 1989 surge na Bahia o Banco da Mulher, filiado ao *Women's World Bank* que deu início ao programa de microcrédito com Aval Solidário no estado, inicialmente somente para o público feminino. (BARONE et al., 2002)

Ainda na década de 1980, o difícil cenário de restrição de fontes públicas para as ações de fomento, redução das opções de *funding* provenientes do exterior devido à conjuntura global, crise da dívida externa, baixo crescimento econômico, processo de redemocratização e instabilidade social - concentração de renda, inflação e desemprego, contribuíram sobremaneira para reforçar a ideia de mudança do paradigma de operação das Organizações Não Governamentais (ONG's), que até então tinham uma presença incisiva de capital internacional (FELTRIN, 2009).

O resultado deste cenário, é que a população de baixa renda ficava à mercê de agiotas ou da utilização de recursos caros, como cheques pré-datados, Crédito Direto ao Consumidor (CDC), cartões de crédito e outros, para financiar seus

negócios. O início da mudança de cenário ocorreu em 1994, quando, a partir do Plano Real se conseguiu controlar a inflação, permitindo a estabilização macroeconômica.

As Instituições de Microfinanças (IMF) só começaram a emergir a partir desta nova fase, que também foi impulsionada por várias ações dos governos federal, estadual e municipal que passaram a apoiar a criação de ONG's especializadas em microcrédito. Através da lei federal 9790 de 22 de março de 1999, foi possibilitada a experimentação não lucrativa de sistemas alternativos de crédito, podendo dar-se também sob a qualificação de Organização Civil de Interesse Público (OSCIP).

Barone et al, (2002) descreve que, em 1995, uma parceria pioneira do Governo Municipal de Porto Alegre, juntamente com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, Sociedade Alemã de Cooperação Técnica (GTZ), *Inter-American Foundation* (IAF), BNDES e SEBRAE/RS promoveu a criação da PORTOSOL, uma ONG que vem sendo referência para a criação de várias instituições de microcrédito do país, balizadas na iniciativa do poder público, mas com controle da sociedade civil, baseada na autossustentabilidade. As garantias são através de aval simples ou solidário, cheques e alienação de bens.

A criação do Programa de Crédito Produtivo Popular em 1996, com autorização para alocação de R\$ 150 milhões em depósitos do BNDES, autorizados pelo Ministério do Trabalho e Emprego juntamente com o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), exclusivamente para instituições de microcrédito (CONSTANZI, 2002) também foi um ação importante do governo federal para a expansão de uma rede institucional de oferta de crédito aos pequenos empreendedores, formais e informais.

Nesse mesmo ano, em uma reunião entre o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e o Banco Mundial na cidade de Fortaleza, decidiu-se criar um programa de microcrédito voltado ao microempresário do mercado informal, pois até então nenhum dos programas do BNB contemplava tal clientela (SOUZA, 2011). Contudo, antes da implementação foi realizado um levantamento de mercado, que descobriu a grande demanda na região pelo microfinanciamento. Nascia em 1998 o CrediAmigo, que após dois anos de atividade, tornou-se o maior programa de microcrédito brasileiro e o segundo da América Latina. (ACCTION INTERNATIONAL, 2003).

Com o objetivo de ampliar as oportunidades de acesso ao crédito para os pequenos empreendimentos, principalmente os informais, o SEBRAE desde 2001,

deu início ao seu Programa de Apoio ao Segmento de Microcrédito, com apoio à reestruturação das instituições, capacitação de recursos humanos, cessão de uso de sistema de gestão, consultoria, desde que os princípios de independência e auto sustentabilidade sejam adotados pelos microempreendedores (BCB, 2002).

Diante de tantos avanços nas diversas regiões do Brasil, observa-se uma tendência e ao mesmo tempo uma necessidade do apoio do governo federal para o fomento de concessão de microcrédito, manifesto por meio do Programa Nacional do Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO). O PNMPO foi instituído em 2004, pela medida provisória nº 226, convertida na Lei nº 11.110, de 2005 e como microcrédito convencional, o Microcrédito Produtivo Orientado (MPO) é voltado a microempresas que necessitam de dinheiro para os mais diversos fins. No Programa Nacional do MPO, entretanto, além da concessão do crédito, considera-se fundamental um contínuo assessoramento e monitoramento da gestão junto ao tomador, por parte da agência que concedeu o crédito (GOMES et al., 2008).

Apesar da evolução normativa, a inexistência de definição no campo regulatório sobre microcrédito e a impossibilidade de conhecimento da carteira total desse tipo de operação eram apontadas por organismos internacionais como um dos principais problemas do Brasil quanto ao tema. Em 2011, o *Global Microscope on Microfinance Business Environment*, indicava que "a regulação sobre microfinanças no Brasil continua subdesenvolvida". Os avaliadores advertiam, à época, que, no país, "a única definição operacional do microcrédito aplica-se aos recursos que bancos e instituições financeiras tradicionais devem direcionar a fins sociais". (BCB, 2014)

Para sanar essa deficiência e dar melhor qualidade à expansão do acesso ao crédito para empreendedores de baixa renda, o Conselho Monetário nacional (CMN) Regulamenta a Lei nº 10.735, de 2003, através da resolução 3422 de dezembro de 2006, fixando em, no mínimo, 2% o percentual dos depósitos à vista a ser aplicado em operações de microcrédito.

Em 2012, editou as Resoluções CMN nº 4.152 e nº 4.153, ambas de 30 de outubro de 2012, sendo que a primeira estabeleceu a definição de microcrédito como sendo o crédito concedido a empreendedores urbanos ou rurais pessoas naturais ou pessoas jurídicas que utiliza equipe especializada, encarregada de acompanhar a operação durante o período do contrato, no local onde é executada a

atividade econômica do tomador. A segunda aperfeiçoou e consolidou pontos da Resolução CMN nº 4.000, de 25 de agosto de 2011, sobre as regras do direcionamento obrigatório de depósitos à vista para operações com população de baixa renda e microempreendedores. Na prática, dentro dos 2% obrigatórios, o Microcrédito Produtivo Orientado (MPO), passaria a contar com um percentual de 80% desse montante, a partir de 1º de julho de 2013 (BCB, 2014).

3.1 MICROCRÉDITO NO PARANÁ E A CRIAÇÃO DA AGÊNCIA DE FOMENTO DO PARANÁ

Na década de 1980, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) passou a incentivar o microcrédito com a criação do Programa de Apoio à Microempresa - PROMICRO (MORAIS, 2008). Em 1986, chega ao Paraná, (SEBRAE, 2015), destinado exclusivamente a apoiar a implantação, expansão, modernização e fortalecimento financeiro de microempresas industriais, comerciais ou prestadoras de serviços. Os recursos eram destinados a realização de investimentos fixos e a composição de capital de giro a micro e pequenas empresas. Foi implementado pelo Banco de Desenvolvimento do Paraná – BADEP, que também se tornou o agente financeiro do programa no estado.

Após a liquidação do BADEP, em 1991, interrompeu-se o apoio do Estado, levando consigo, grande parte de experiência (SEBRAE, 2015). A retomada do programa de microcrédito ocorreria alguns anos depois, com a criação da Agência de Fomento do Paraná.

As Agências de Fomento surgiram a partir do processo de reestruturação do segmento bancário nacional, no âmbito do Programa de Incentivo à Redução da Presença do Setor Público na Atividade Financeira (PROES), previsto inicialmente na Medida Provisória nº 1.514, de 1996, que foi reeditada diversas vezes durante a vigência do Programa, até a edição da Medida Provisória nº 2.192-70, de 2001.

Naquele momento o BCB mostrou-se proativo ao implementar medidas visando reduzir o potencial de risco sistêmico no sistema financeiro nacional (Cunha, 2016), reduzindo a presença do setor público estadual na atividade financeira bancária.

A opção para os estados, segundo as regras do programa PROES, seria extinção, privatização ou transformação das instituições sob seu controle para

instituições financeiras dedicadas ao financiamento de capital fixo e de giro associado a projetos em cada estado. Assim, entre a segunda metade dos anos 1990 e o começo dos anos 2000, quase todos os bancos estaduais, comerciais, múltiplos e de desenvolvimento passaram por processos de reestruturação no âmbito do PROES e foram virtualmente eliminados do sistema financeiro. (CUNHA, 2016).

O Governo do Paraná, através da Lei Estadual 11.741 de 19 de junho de 1997, cria a Agência de Desenvolvimento do Paraná S.A., e no seu artigo 3º, cita que ela “terá por objeto social apoiar o desenvolvimento econômico e social do Estado do Paraná e a concessão de financiamento de capital fixo e de giro, associado a projetos no Estado do Paraná, destinando vinte e cinco por cento (25%) dos recursos à concessão de financiamentos para as micro, pequenas e médias empresas que atuam nos setores agrícola, industrial e comercial, instaladas no território paranaense”.

A denominação da então Agência de Desenvolvimento do Paraná S.A. passou por alterações, porém o objeto social permaneceu o mesmo. O nome "Agência de Fomento do Paraná S.A.", é instituído através da Lei 12.419 de 13 de janeiro de 1999.

Após o processo de reestruturação deste segmento bancário nacional, foi necessário instituir regras mais específicas, originando a Resolução do Banco Central do Brasil nº 2828, de 30 de março de 2001, que regulamenta as Agências de Fomento nos estados brasileiros (BCB, 2018).

Nesta resolução, em linhas gerais, as Agências de Fomento devem:

- Ter como objeto social financiar capital fixo e de giro associado a projetos na Unidade da Federação onde tenham sede;
- Ser constituídas sob a forma de sociedade anônima de capital fechado;
- Conter o termo “Agência de Fomento”, obrigatoriamente na denominação social, acrescido do nome da Unidade da Federação à qual a possui;
- Praticar somente operações com recursos próprios e de repasses originários de fundos constitucionais, orçamentos federal, estaduais e municipais, organismos e instituições financeiras nacionais e internacionais de desenvolvimento;

- O Banco Central autorizará a constituição de uma única agência de Fomento por Unidade da Federação.

Na prática, o item acima citado consiste na diferença mais evidente em relação aos Bancos Comerciais, cuja captação de depósitos ocorre à vista e a prazo, sendo livremente movimentáveis (BCB, 1994).

As Agências de Fomento já existentes na ocasião desta resolução, onde se inclui a do Estado do Paraná, tinham o prazo até dezembro de 2002 para se ajustar às novas regras de funcionamento, não podendo ser transformadas em qualquer outro tipo de instituição autorizada pelo BCB.

Dadas as limitações legais, principalmente no que se refere ao impedimento à abertura de outras agências nos Municípios paranaenses, a solução encontrada para dar maior capilaridade e atender os empreendedores de maneira mais aproximada, foi a de firmar parcerias com as Prefeituras, Secretaria de Estado do Trabalho (atual SEJU) e SEBRAE. Através de um convênio, atualmente denominado Acordo de Cooperação Técnica, que não prevê remuneração a qualquer uma das partes, onde a Fomento Paraná disponibiliza os recursos e conta com as seguintes contrapartidas:

- As prefeituras entrariam com a cessão de um servidor para assumir a função de Agente de Crédito;
- A atual SEJU, responsável pela operação das Agências do Trabalhador, contribuiria com a disponibilização de recursos físicos: espaço, estação de trabalho.
- E o SEBRAE, proveria a capacitação dos agentes indicados pelos parceiros.

O arranjo de atendimento da Fomento Paraná através desta rede de parcerias, consolidou-se e encerrou o ano de 2017 com mais de 250 agentes de créditos atuantes em mais de 190 municípios.

3.1.1 Linhas de Crédito da Agência de Fomento do Paraná

A partir do ano 2000, com o programa então denominado Banco Social, referenciado no *Grameen Bank* e seu criador Muhammad Yunus, a Agência de Fomento do Paraná retoma as operações de microcrédito no estado com o Programa, que futuramente seria chamando de Banco do Empreendedor (PBE). O

objetivo principal do programa era atender o aspecto social e a atividade produtiva, e os beneficiados eram, em sua maioria, empreendedores informais (SEBRAE, 2015).

Com o passar dos anos, a relação da Agência de Fomento do Paraná com as demais Instituições Financeiras, Fundos e Bancos de Desenvolvimento permitiu o aumento de sua atuação, ampliando seu portfólio de linhas de crédito, não só de recursos próprios, mas incrementado por recursos de repasse. O atendimento ao setor privado foi ampliado, conferindo uma posição mais estratégica da instituição, no desenvolvimento do estado. Logo mais, no quadro 1 é apresentada a situação recente de linhas de crédito oferecidas pela Fomento Paraná ao setor privado, ordenados por público alvo ou setor econômico.

Como o enfoque deste trabalho é o Microcrédito, faz-se necessário alguns detalhamentos acerca desta modalidade no portfólio de recursos disponíveis na instituição. A linha denominada “Microcrédito Fácil”, que segue limite determinado pelo BNDES, de até R\$ 20.000,00, com prazo de pagamento limitado em até 36 vezes, com um período de carência máximo de 3 meses. Possuem um tratamento diferenciado, através de uma rede de agentes de crédito espalhados em todo o estado, para facilitar o acesso dos empreendedores ao recurso. Além de oferecer um diferencial na taxa de juros, para os empreendedores que tenham feito cursos de capacitação na área de gestão empresarial.

O agente de crédito, que é quem opera a linha de microcrédito, tem um papel fundamental na cadeia de concessão do recurso. Dentre suas principais atribuições, podem-se destacar as ligadas ao atendimento ao empreendedor, que busca recurso seja para iniciar uma atividade produtiva ou até mesmo para ampliar ou consolidar uma já existente (Fomento, 2018). É ele quem faz a abordagem ao empreendedor, seja através de visita ao local onde ocorre a atividade produtiva, ou recepção das demandas em seu posto de atendimento. A partir disto, o agente entende a necessidade do proponente e munido da documentação exigida para a solicitação do financiamento, cadastra a proposta no sistema. Ao recepcionar a proposta, os analistas da Fomento e os agentes de crédito fazem as movimentações necessárias, de acordo com cada etapa do processo de concessão do crédito, até a efetiva liberação do recurso. Mas a contribuição do agente não termina quando o recurso entra na conta do proponente, mas sim quando da liquidação completa do contrato, pois sua responsabilidade também está intimamente ligada ao acompanhamento da

carteira, o que evidencia o compromisso com a recuperação deste crédito, para que outros empreendedores também possam acessá-lo.

O acesso ao Microcrédito Fácil, não é vinculado obrigatoriamente à formalização do negócio. A linha atende também a empreendedores informais, obedecendo ao tempo de atividade como limitador ao valor financiado, conforme os requisitos apresentados no próximo quadro:

QUADRO 1 – ACESSO AO CRÉDITO DE ACORDO COM O TEMPO DE ATIVIDADE

MICROCRÉDITO FÁCIL		VALORES FINACIÁVEIS	
Pessoa Física	Início de atividade	Consolidação	
Tempo de atividade/Valor máximo para contratação	Menos de 12 meses de atividade	Mais de 12 meses de atividade	
	R\$ 5.000,00	R\$ 10.000,00	
Pessoa Jurídica	Início de atividade	Consolidação	Expansão
Tempo de atividade/Valor máximo para contratação	Menos de 12 meses de atividade	Menos de 12 meses de atividade formal, mas a soma do tempo formal e informal é maior do que 12 meses	Mais de 12 meses de atividade
	R\$ 5.000,00	R\$ 10.000,00	R\$ 20.000,00

Fonte: Fomento Paraná, 2018

- Pessoa Física: iniciando um empreendimento ou que já exercem uma atividade produtiva, mas ainda não formalizaram um negócio, tem acesso ao crédito limitado ao valor de 10 mil reais.

- Pessoa Jurídica: Empreendimentos formais (MEI ou Microempresa) com faturamento bruto anual de até R\$ 360 mil reais e que necessitam de financiamento para melhorar ou ampliar as atividades e a produção, podem acessar até o limite de 20 mil reais, ambas as categorias, com prazo de pagamento de até 36 meses. (Fomento Paraná, 2018).

Em Novembro de 2017, com intuito de facilitar a operacionalização e desburocratizar o processo de concessão de crédito, a linha foi reformulada, passando a ser exclusivamente capital de giro. Desta forma os empreendedores passaram a ter maior flexibilidade para utilização do recurso, sem a obrigatoriedade de envio de notas fiscais para devida comprovação dos recursos empregados. A mudança também conferiu maior agilidade, quanto ao preenchimento cadastral, que

anteriormente, trazia uma série de perguntas detalhadas sobre as aquisições que o empreendedor faria a partir do financiamento.

4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Esta seção será dividida em quatro subseções. A primeira trata do contexto histórico dos contratos de microcrédito emitidos entre 2011 e 2017. Em seguida serão apresentados dados gerais sobre os contratos emitidos exclusivamente no ano de 2017. Logo após, nas duas próximas seções, a análise está dividida por contratos de PF e PJ. E por fim, a distribuição de contratos pelas será analisada, levando em conta as regiões do estado. Convém ressaltar, que algumas das variáveis presentes na base de dados (grau de escolaridade, profissão, tipo de moradia e existência de funcionários), são de exclusivo preenchimento dos agentes de crédito e, portanto, sem confronto documental por parte da equipe de análise cadastral da Fomento Paraná.

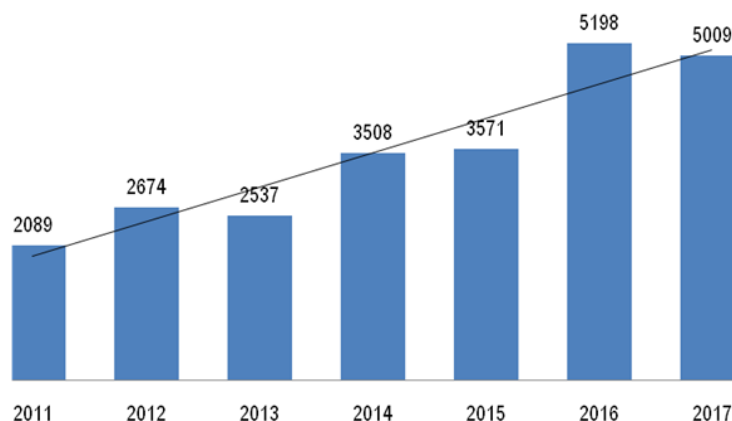
4.1 CONTEXTO HISTÓRICO DE CONTRATOS DE MICROCRÉDITO DOS ANOS DE 2011 A 2017

De janeiro de 2011 a dezembro de 2017 a Agência de Fomento do Paraná liberou mais de 24.500 contratos de Microcrédito, totalizando quase R\$ 245 milhões em recursos liberados para todo o Estado.

Com a expansão e consolidação da rede de atendimento, formada por Agentes de Crédito, que estão presentes em pelo menos metade dos Municípios do Estado, a evolução dos números teve uma tendência de crescimento. A exceção ocorre nos anos de 2013 e 2017, que sofreram uma ligeira queda, impactado pela recomposição da rede ocorrida em razão do ciclo eleitoral³. No gráfico a seguir, é possível notar essa evolução.

³ O impacto do ciclo eleitoral municipal ocorre pelo remanejamento de agentes para outras secretarias ou até mesmo por exonerações, quando os cargos não são de servidores efetivos.

GRÁFICO 1: CONTRATOS EMITIDOS POR ANO - BANCO DO EMPREENDEDOR
MICROCRÉDITO (2011- 2017).



Fonte: Fomento Paraná, 2018

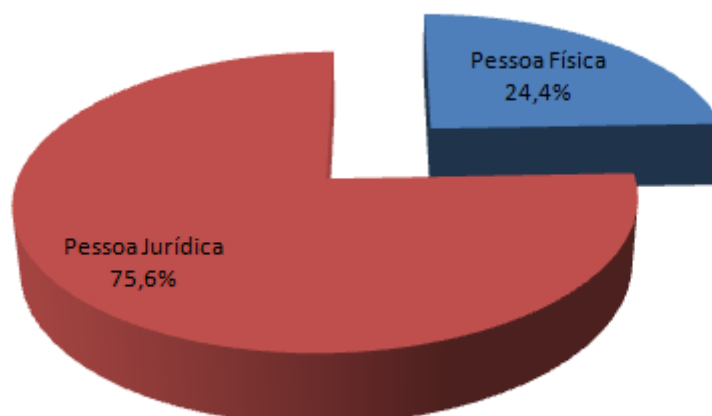
Do total de contratos emitidos neste período 71,9% foram para PJ, o que corresponde a 17.680 contratos. Já os empreendedores informais (PF), foram responsáveis pelos 28,1% restantes, que representam o montante 6907 contratos. Convém ressaltar, que 1199 contratos foram renegociados no período, o que representa 4,87% do total emitido. No entanto, convém ressaltar, que ao longo dos sete anos (2011-2017), houve uma mudança significativa na proporção contratos emitidos para PJ e PF; em 2011 eram 51,2% contra 48,8%, respectivamente. A proporção de PJ aumentou de maneira constante com o passar dos anos e chegou a 75,6% para PJ e 24,4% para PF, no ano de 2017.

Quanto à regionalização dos contratos, tendo como base a variável regional IPARDES; Sudoeste, Oeste e Norte Central destacam-se na proporção de contratos emitidos em relação às demais regiões do estado. De maneira geral, elas representam 51,2% do número de contratações e 52,4% do montante de recursos aplicados em todo o estado através do programa.

4.2 DADOS GERAIS DOS CONTRATOS DO ANO DE 2017

Em 2017 foram emitidos um total de 5009 contratos, sendo 1.221 para Pessoa Física (PF) e 3.788 Pessoa Jurídica (PJ), representando 24,4% e 75,6% respectivamente. O valor total contratado foi de R\$ 56.381.455,04 (cinquenta e seis milhões, trezentos e oitenta e um mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais e quatro centavos) sendo destinados 16,8% a contratos PF e 83,2% a contratos PJ.

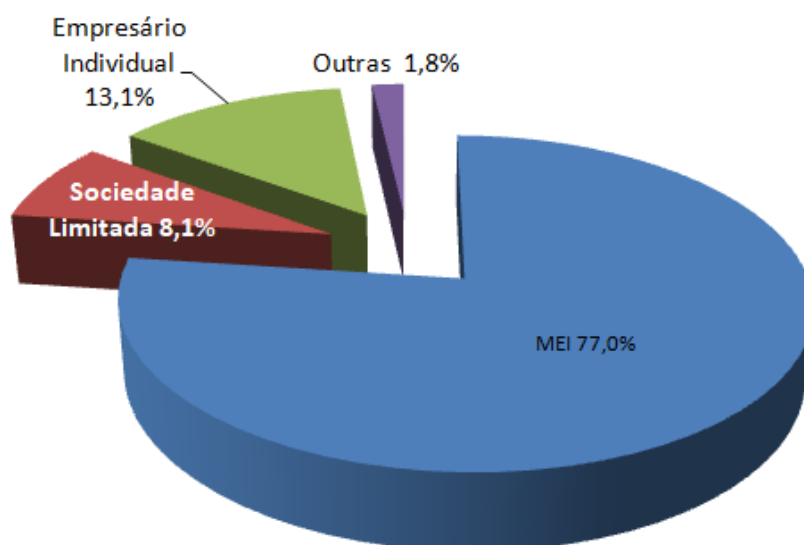
GRAFICO 2: CONTRATOS PESSOA FÍSICA (PF) X PESSOA JURÍDICA (PJ) EM 2017



Fonte: Fomento Paraná, 2018

Embora seja expressivo o montante contratado para PJ, que representa 75,6% do total, há grande relevância na proporção representada por Micro Empreendedores Individuais (MEIs), que atinge 77% dos que possuem empresa formal. Do total de empresas formais atendidas, pouco mais de 13% são representadas por Empresários Individuais, 8,1% são de Sociedades Limitadas e 1,8% são de outras formas de constituição, conforme representado no gráfico 3.

GRÁFICO 3: FORMAS DE CONSTITUIÇÃO DE PESSOAS JURÍDICAS



Fonte: Elaboração própria, 2018

No quadro a seguir é apresentado o resumo do perfil médio dos contratos emitidos no período. O *ticket* médio⁴, ou seja, a média de valor emprestado por contrato foi de R\$ 11.256,03, com parcela média de R\$ 533,87. O prazo médio foi de 25,6 meses, com o mínimo de 4 parcelas e máximo de 36.

QUADRO 2: PERFIL MÉDIO DOS CONTRATOS EMITIDOS EM 2017

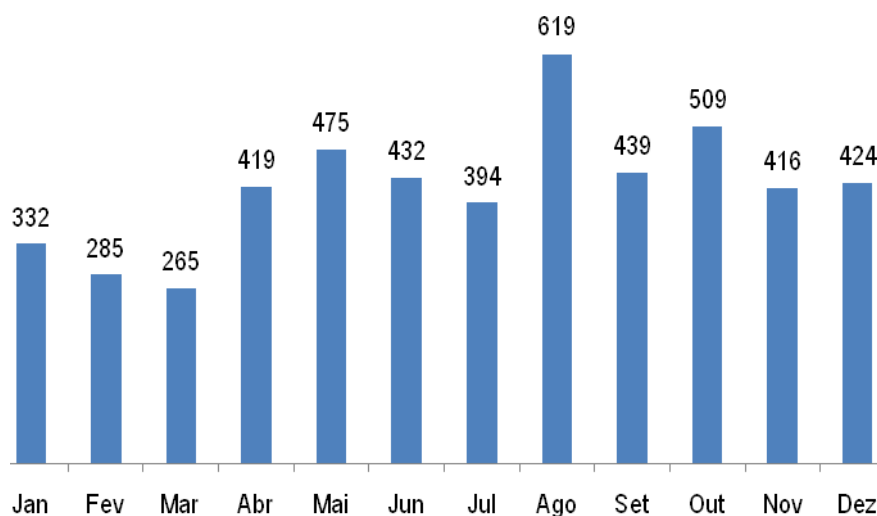
Média de valor emprestado	Valor Médio da Prestação	Média de parcelas por contrato	Taxa de juros anual média
11.256,03	533,87	25,6	18,43 %

Fonte: Fomento Paraná, 2018

O gráfico 4, apresenta o número de operações contratadas mensalmente, no Programa Banco do Empreendedor Microcrédito.

⁴ O valor do *ticket médio* é obtido através da soma do valor total gerado em contratos, dividido pelo número de contratos emitidos.

GRÁFICO 4: RESUMO DAS OPERAÇÕES CONTRATADAS EM 2017



Fonte: Fomento Paraná, 2018

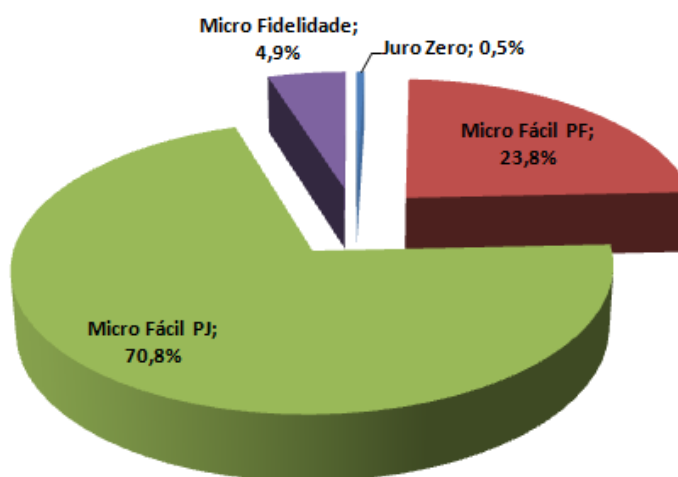
Em 2017, a média de contratos assinados mensalmente foi de 417,4. Na comparação durante todo o ano, percebe-se uma sazonalidade nítida da quantidade de assinatura de contratos no primeiro trimestre do ano, que pode ter relação com período comum de férias, feriados e até mesmo - com alto grau de impacto – com a movimentação que ocorre nas prefeituras em razão do início de um novo ciclo de gestão, ocorrido no referido ano. Esta movimentação de pessoal acaba gerando transferências e até mesmo exonerações de Agentes de crédito atuantes, e faz com que o município deixe, temporariamente, de oferecer o recurso aos seus empreendedores⁵.

Diferentemente, nos meses de agosto e outubro houve destaque positivo, pois foram os meses que apresentaram um maior volume de contratos assinados. Resultado este, que pode ter sido influenciado pelo número expressivo de novos Agentes capacitados e habilitados para a função, nos meses anteriores.

O gráfico 5, apresenta o percentual de contratos emitidos em 2017, separados pelas linhas de crédito que a Fomento Paraná ofereceu no período, dentro da categoria microcrédito do PBE.

⁵ O único meio de acesso às linhas do PBE Microcrédito é o Agente, que ao ser desabilitado impossibilita a contratação em seu Município. A exceção ocorre no Município de Curitiba, que possui atendimento na sede da Fomento Paraná.

GRÁFICO 5: PERCENTUAL DE CONTRATOS POR LINHAS NA CATEGORIA DO MICROCRÉDITO (2017)



Fonte: Fomento Paraná, 2018

Na representação gráfica, ratificam-se as proporcionalidades demonstradas pelo Gráfico 2, destacando-se a linha MicroFácil PJ, com mais de 70% dos contratos. Porém trazendo no detalhe duas informações novas. A primeira diz respeito à modalidade Juro Zero⁶, que representa 0,5% dos contratos emitidos. A segunda trata da linha Micro Fidelidade⁷ (extinta em 1º/11/2017), que compõe 4,9% do total de contratos daquele ano.

4.2.1 Perfil socioeconômico dos Tomadores de Microcrédito Pessoa Física

O valor total dos contratos PF no ano de 2017 foi de R\$ 9.455.976,59 (nove milhões, quatrocentos e cinquenta e cinco mil, novecentos e setenta e seis reais e cinquenta e nove centavos) com uma média de valor emprestado por contrato de R\$ 7.744,45. O valor médio das prestações ficou em R\$ 422,20 em uma média de 22 parcelas por contrato.

⁶ Modalidade de microcrédito exclusiva para cadastrados no Programa Família Paranaense, com valor máximo de R\$ 4.000,00 para contratação e com possibilidade de isenção dos juros ao final do contrato, caso todas as parcelas sejam pagas até a data do vencimento.

⁷ Linha de crédito disponível para PJ que já possuíam contratos quitados com histórico adimplente, permitindo a possibilidade de contratação sem a necessidade de aval.

QUADRO 3: PERFIL MÉDIO DOS CONTRATOS PF EMITIDOS EM 2017

Média de valor emprestado	Valor Médio da Prestação	Média de parcelas por contrato	Taxa de juros anual média
7.744,45	422,20	22	18,10 %

Fonte: Fomento Paraná, 2018

Do total financiado para PF, a grande maioria, 97,8%, está representada pela linha Microcrédito Fácil PF, com uma participação muito pequena da linha de crédito Juro Zero (2,2%), com apenas 27 contratos emitidos.

No quadro 3, são apresentados dados gerais do perfil dos tomadores PF analisados neste trabalho.

QUADRO 3: DADOS DO PERFIL DE CONTRATOS PF 2017

PESSOA FÍSICA		Quant	%
Imóvel			
Próprio		946	77,5
Alugado		98	8,0
Cedido		98	8,0
Não Informado		79	6,5
Funcionários			
Possui Funcionários		234	19,2
Não Possui Funcionários		987	80,8
Ramo de Atividade			
Comércio		469	38,4
Indústria		265	21,7
Outros Serviços		487	39,9
Sexo			
Feminino		601	49,2
Masculino		620	50,8
Profissão			
1º	Comerciante	117	9,58
2º	Agricultor(a)	92	7,53
3º	Vendedor(a)	91	7,45
Escolaridade			
Especialização		30	2,5
Superior Completo		146	12,0
Superior Incompleto		117	9,6
Médio Completo		637	52,2
Médio Incompleto		70	5,7
Fundamental Completo		128	10,5
Fundamental Incompleto		93	7,6
Idade			
18 a 20		96	7,9
21 a 30		331	27,1
31 a 40		284	23,3
41 a 50		214	17,5
51 a 60		196	16,1
61 a 70		79	6,5
71 a 80		20	1,6
Acima de 81		1	0,1
Faturamento Anual			
MEI	0 a 60.000	531	43,5
Limite PNMPO	Até 120.000	74	6,1
Microempresa	120.000,01 a 360.000	9	0,7
EPP	Acima de 360.000,01	0	0,0
Não informado		607	49,7

Fonte: Fomento Paraná, 2018.

Destacamos alguns dados com maior relevância, onde revela-se um perfil com idade média de empreendedores entre 21 e 40 anos, que tem uma proporção superior a 50%. Grande parte, 52,2 %, tem ensino médio completo e vive em imóvel próprio, 77,5%. O Ramo de atividade mais citado é o serviços, com 39,9% seguido de perto pelo comércio, que representa 38,4%. Mesmo se tratando de atividade

informal, 19,2% revela ter funcionários, os demais (80,8%) não possuem. Já quanto ao faturamento anual, 43,5% informa o faturamento de até 60 mil reais/ano⁸.

4.2.2 Perfil socioeconômico dos Tomadores de Microcrédito Pessoa Jurídica

O valor total dos contratos PJ no ano de 2017 foi de R\$ 46.925.478,45 (quarenta e seis milhões, novecentos e vinte e cinco mil, quatrocentos e setenta e oito reais e quarenta e cinco centavos) com uma média de valor emprestado por contrato de R\$ 12.387,93. O valor médio das prestações ficou em R\$ 569,80 em uma média de 27 parcelas por contrato.

QUADRO 3: PERFIL MÉDIO DOS CONTRATOS PJ EMITIDOS EM 2017

Média de valor emprestado	Valor Médio da Prestação	Média de parcelas por contrato	Taxa de juros anual média
12.387,93	569,80	27	18,53 %

Fonte: Elaboração própria, 2018

Houve 3.544 contratos pela linha de crédito Micro Fácil PJ, totalizando 93,6% dos contratos, enquanto 244 aderiram à Linha Micro Fidelidade, que prevê histórico de contrato pelo tomador, representando apenas 6,4% do total.

No quadro 4 são apresentados dados gerais do perfil de tomadores PJ, analisados neste trabalho.

⁸ Para facilitar a análise, foi utilizado o valor de referência baseado no limite de faturamento do MEI vigente até 2017, assim como as demais faixas.

QUADRO 4: DADOS DO PERFIL DE CONTRATOS PJ 2017

PESSOA JURÍDICA		Quant	%
Imóvel			
Próprio		2123	56,0
Alugado		1282	33,8
Cedido		255	6,7
Não Informado		128	3,4
Funcionários			
Possui Funcionários		846	22,3
Não Possui Funcionários		2942	77,7
Ramo de Atividade			
Comércio		1996	52,7
Indústria		401	10,6
Outros Serviços		1391	36,7
Início Atividades (tempo empresa)			
Década		Quant	%
2010		2253	59,5
2000		221	5,8
1990		55	1,5
1980		13	0,3
1970		2	0,1
1960		2	0,1
Não Informado		1242	32,8
Forma de Constituição			
Sociedade Limitada (LTDA)		306	8,1
Sociedade Simples		5	0,1
Empresário Individual (Firma Indiv)		494	13,0
MEI - Microempreendedor Individual		2915	77,0
EIRELI - Empresa Ind Resp Ltda		67	1,8
Sociedade de Advogados		1	0,0
Tipo de Tributação			
SIMPLES Nacional		3761	99,3
Lucro Presumido		24	0,6
Lucro Real		3	0,1
Faturamento Anual			
MEI	0 a 60.000	2970	78,41
Limite PNMP	Até 120.000	441	11,64
Microempresa	120.000,01 a 360.000	375	9,90
EPP	Acima de 360.000,01	2	0,05

Fonte: Fomento Paraná, 2018

Destacamos alguns dados com maior relevância: 56% dos empreendedores PJ tem seus negócios em imóvel próprio e, 33,8% com imóvel alugado. Apenas 22,3% têm funcionários em seu empreendimento e 77,7% trabalham sozinhos.

O ramo de atividade que mais contratou o microcrédito PJ é o comércio, responsável por mais de 50% do total. Outros 36,7% declararam ser de prestação de serviços.

A forma de constituição dos empreendimentos que mais aparece, com 77% dos contratos emitidos, são os MEI's (Micro Empreendedores Individuais) e quase 60% dos negócios tem menos de 7 anos de existência, ou seja, iniciados a partir da

década⁹ de 2010. Este dado é impactado em partes pela simplificação dos processos de formalização incentivada pelo Governo Federal, que ajudou no crescimento significativo do número de registros de empresas. Mas também pelo fato de que os pequenos negócios possuem altas taxas de mortalidade. O que consequentemente reflete em um volume maior de novas empresas que buscam a contração do crédito. Sendo este um dado relevante para delinear o perfil dos tomadores de microcrédito do PBE. Ainda assim, faz-se necessário mencionar que um número expressivo de PJ não informou o início de suas atividades, totalizando 32,8% dos contratos.

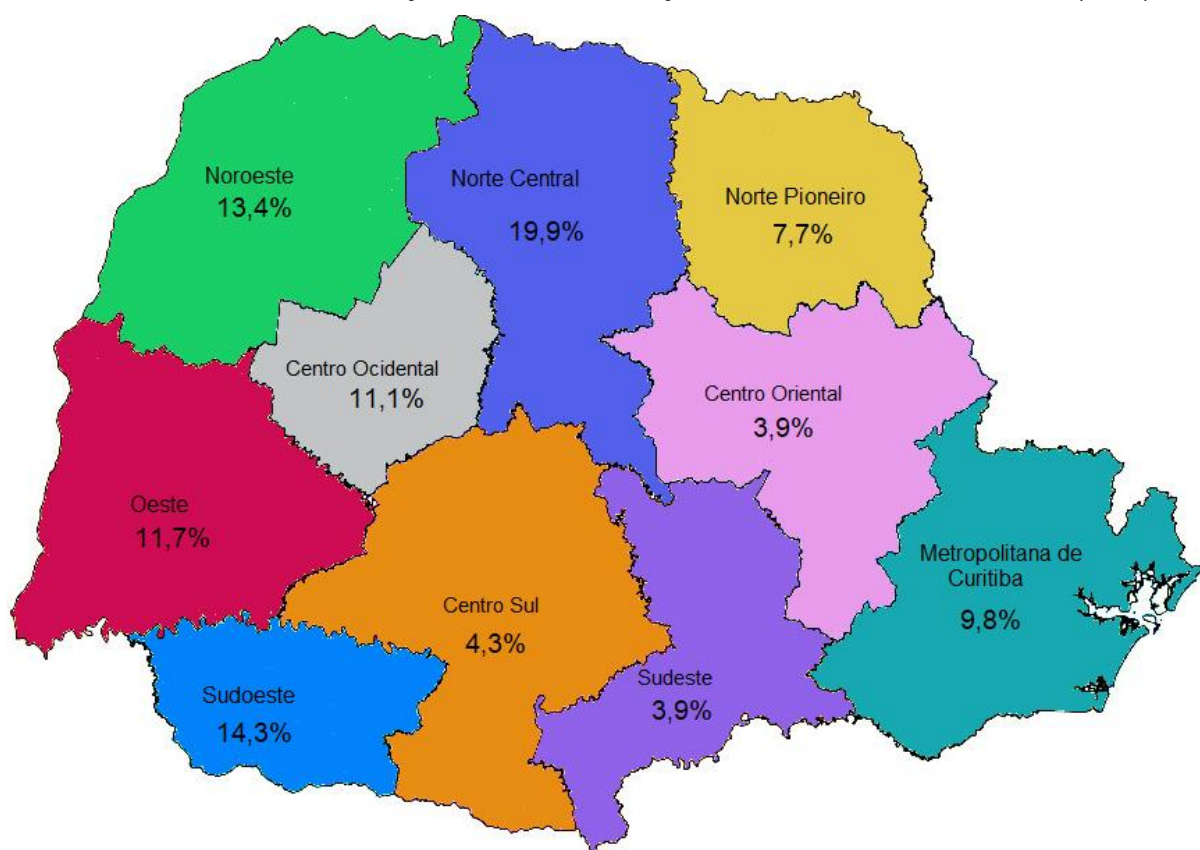
Quanto ao tipo de tributação, quase a totalidade (99,3%) das PJ optam pelo SIMPLES Nacional. A grande maioria dos empreendedores declararam faturamento no limite do MEI, ou seja até R\$ 60.000,00, representando mais de 2/3 do total; pouco mais de 10% faturam até 120.000,00 (limite PNMPO) e apenas 9,9% estão no limite de Microempresas, que atinge até o valor de 360 mil reais/ano.

4.2.3 Distribuição de contratos por regionais IPARDES

Considerando as regionais de pesquisa IPARDES, conforme apresentadas na figura a seguir, servirão de base para a análise da distribuição geográfica da contratação de microcrédito no estado. A Seguir, na figura 2, estão representados os percentuais contratados de acordo com cada regional.

⁹ A data de início de atividade das empresas foi separada por décadas, para melhor avaliação dos resultados.

FIGURA 2: MAPA DE DISTRIBUIÇÃO DE CONTRATAÇÃO POR REGIONAL – IPARDES(2017)



Fonte: Fomento Paraná, 2018 (mapa adaptado IPARDES)

Com a representação gráfica, é possível notar as regiões que se destacam na contratação de microcrédito do Programa Banco do Empreendedor. São elas: Norte Central, Noroeste e Sudoeste Paranaense, que somadas, representam 2.384 contratos assinados, equivalendo a 47,6% do total no estado.

No Norte Central, os municípios de Arapongas, Mandaguari e Mauá da Serra, foram responsáveis por 42% dos contratos dessa região. Já no Noroeste, apenas 2 municípios contribuíram com 41% do montante. No Sudoeste paranaense, os municípios de Francisco Beltrão e Pato Branco somaram 316 contratos, auxiliando para que a região fosse a campeã de contratos no estado, naquele ano, com participação de 44% no total de contratos.

Em termos de proporcionalidade de contratos por região, nota-se que somando as três regiões com maior volume de contratos, temos expressivas diferenças em relação à soma das sete demais regiões do estado. Com uma perceptível concentração. Conforme apresentado na tabela seguinte.

TABELA 1: PERCENTUAL CONTRATADO POR REGIONAL IPARDES, SEGREGADO POR TIPO DE CLIENTE.

Regional IPARDES	1221 Contratos	3788 Contratos
	PF	PJ
Centro-Occidental Paranaense	22,4	7,4
Centro-Oriental Paranaense	1,6	4,7
Centro-Sul Paranaense	4,5	6,3
Metropolitana de Curitiba	5,4	11,3
Noroeste Paranaense	20,6	11,1
Norte Central Paranaense	19,4	20,1
Norte Pioneiro Paranaense	6,6	8,1
Oeste Paranaense	7,2	13,1
Sudeste Paranaense	4,8	3,6
Sudoeste Paranaense	7,6	14,4

Fonte: Fomento Paraná, 2018

*As células destacadas, representam as 3 regiões com mais contratos por segmento PF e PJ.

Na tabela 1 são apresentados os contratos por tipo de pessoa e separados por região. Nos contratos de PF, as três regiões que mais os emitem somam 62,4% do total contratado. Da mesma forma, nos contratos de PJ, três regiões somadas representam 47,6% das emissões de contratos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

Os resultados revelam que, muito embora o Programa atenda também a empreendedores informais (PF), os contratos emitidos para Pessoas Jurídicas em 2017, representam a grande maioria com 75,6% dos contratos assinados; e 83,2% do montante destinado a todo estado. Resultado obtido principalmente pelo crédito concedido aos MEIs, que chegou a 77% da porção concedida à PJ. Nota-se também que a grande maioria não possui funcionários e quase sua totalidade (99,3%) opta pelo regime de tributação Simples Nacional. Este dado, contou com grande contribuição das políticas de apoio à formalização e ao desenvolvimento de pequenos negócios do Governo Federal. Pois desde 2009 até o final de 2016, estes programas já haviam trazido a realidade da formalização para mais de 6,6 milhões empreendedores informais (SEBRAE, 2017).

Os resultados também permitiram verificar a aderência do Programa Banco do Empreendedor quanto aos seus objetivos. Observando no perfil dos empreendedores contratados, algumas das características essenciais quanto ao conceito de microcrédito produtivo orientado. A primeira delas está relacionada à obrigatoriedade de concessão vinculada ao apoio à atividade produtiva em pequenos negócios. Somado a isso, tem-se o fato de que o crédito em grande proporção foi concedido a empreendedores informais ou MEIs, que faturam no máximo 60 mil reais por ano. Esse público somado representou mais de 75% do número de contratos emitidos no ano de 2017.

Por outro lado, ao evidenciar algumas das características dos tomadores, é como: tipo de imóvel, valor médio dos contratos e parcelas; demonstram que o programa tem atendido um público em uma condição socioeconômica, de certa maneira, um pouco mais confortável do que aquele preconizado na gênese do microcrédito.

Quanto aos empreendedores PF, grande parte tem o ensino médio completo e apenas 12% possui ensino superior, com faixa etária entre 21 e 40 anos. O percentual de tomadores que vivem em imóvel próprio chega a 77,5%. O Ramo de atividade mais citado é o serviços, com 39,9% seguido de perto pelo comércio, que representa 38,4%. Por se tratar de atividade informal, grande maioria (80,8%) não possui funcionários e revela um faturamento anual dentro do limite do MEI, vigente em 2017, de até 60 mil reais, com 43,5%.

Já com relação aos empreendedores PJ, 56% tem seus negócios em imóvel próprio e, 33,8% com imóvel alugado. Apenas 22,3% têm funcionários em seu empreendimento e 77,7% trabalham sozinhos. O ramo de atividade que mais contratou o microcrédito foi o comércio, responsável por mais de 50% do total. Outros 36,7% declararam ser de prestação de serviços. Outro dado relevante quanto às características do empreendedor PJ, é que 77% são formalizados como MEIs (Micro Empreendedores Individuais), e quase 60% dos negócios tem menos de 7 anos de existência. Quanto ao tipo de tributação, quase a totalidade (99,3%) das PJ optam pelo SIMPLES Nacional. A grande maioria dos empreendedores declararam faturamento no limite do MEI, ou seja até R\$ 60.000,00, representando mais de 2/3 do total; e apenas 9,9% estão no limite de Microempresas, ou seja, até 360 mil reais/ano.

Quanto à distribuição geográfica dos recursos concedidos, percebemos uma clara concentração em três regiões: Norte Central, Sudoeste e Noroeste, que naquele ano, representaram mais de 47,6% de toda a contratação do estado.

As diferenças observadas nos perfis dos tomadores, tanto PF quanto PJ, reforçam a importância dos agentes de crédito no PBE Microcrédito da Agência de Fomento do Paraná. O conhecimento destas diferenças, somados à sensibilidade, a atenção, o convívio e a proximidade em seus respectivos locais de atuação, facilita a atuação dos agentes de crédito e auxilia a instituição na modelagem do Programa.

Evidenciadas essas características, este trabalho poderá contribuir como um instrumento auxiliar para a instituição Fomento Paraná e sua rede de agentes de crédito, oferecendo subsídios para uma ação mais direcionada nas diversas regiões do estado, contribuindo para que o recurso do microcrédito, oferecido através do PBE, chegue aos empreendedores paranaenses de maneira mais efetiva.

Para maior aprofundamento e conhecimento dos impactos que o Microcrédito pode oferecer no âmbito do desenvolvimento econômico, seja local ou em nível estadual, recomenda-se uma abordagem que analise a condição socioeconômica inicial, ou seja, antes da contratação de cada tomador, com uma posterior avaliação da evolução de suas variáveis. Desta forma, seria possível compreender, se o crédito concedido por meio do PBE tem resultados no desenvolvimento do negócio e/ou na qualidade de vida do empreendedor. Utilizando para isto, instrumentos validados, capazes de mensurar a evolução, bem como a

relação entre as variáveis. Podendo inclusive, estender-se a outros aspectos da vida das pessoas, além da área econômica.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, Sergio Darcy da Silva; SOARES, Marden Marques. **Microfinanças: Democratização do Crédito no Brasil: Atuação do Banco Central**: 3.ed. rev. e ampl.. 91 f. Banco Central do Brasil, Brasília, 2006. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/htms/public/microcredito/notadc200512.pdf>>. Acesso em: 3 abr. 2018.

ALVES, Manuel Brandão. **O MICROCRÉDITO: MAIS UMA PANACEIA?** Revista Portuguesa de Estudos Regionais, núm. 13, 2006, pp. 45-54 Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional Angra do Heroísmo, Portugal, 2006. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/5143/514351906003.pdf>>. Acesso em: 4 abr. 2018.

BARONE et al., Francisco Marcelo. **Introdução ao microcrédito**. 41 f. Conselho da Comunidade Solidária, Brasília, 2002.

BARONE, Francisco Marcelo; SADER, Emir. **Acesso ao crédito no Brasil: evolução e perspectivas**: Rev. Adm. Pública vol.42. 2008. 194 f. Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas (EBAPE), Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v42n6/12.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2018.

BRAGA, Thaiz Silveira. **Programas públicos de microcrédito produtivo orientado: uma avaliação da eficácia do Crediamigo para a inserção da população de baixa renda do setor informal no mercado de crédito**. 170 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Administração, Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011. Disponível em: <<http://www.adm.ufba.br/sites/default/files/publicacao/arquivo/TESE%20THAIZ%20BRAGA%20VERSAO%20FINAL.pdf>>. Acesso em: 22 nov. 2018.

BRUSKY, B.; FORTUNA, J. P. **Entendendo a demanda para as microfinanças no Brasil**: um estudo qualitativo em duas cidades. Relatório Técnico. 65 p. 2002.

COSTA, Fernando Nogueira da. **Microcrédito no Brasil: Texto para Discussão n. 175.** 30 f. Instituto de Economia da Unicamp, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010. Disponível em: <www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=1805&tp=a>. Acesso em: 20 mar. 2018.

COSTANZI, Rogério Nagamine. **Microcrédito no âmbito das políticas públicas de trabalho e renda.** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Brasília, 2002. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/5596>>. Acesso em: 23 abr. 2018.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa. 4.ed.** 175 f. Editora Atlas S.A., São Paulo, 2007. Cap. 4.

LIMA, Elizaneide Almeida de. **A política econômica do microcrédito no Brasil: um estudo sobre o Crediamigo no banco do nordeste como forma de inclusão social e econômica.** 94 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Economia, Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas – Face, Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

MAGALHÃES JUNIOR, Mauro Selman. **Avaliação de impacto do Programa Banco do Empreendedor Microcrédito sobre o nível de atividade econômica dos municípios paranaenses: 2010-2013.** 2016. 59 f. Monografia(Graduação) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Curso de Ciências Econômicas. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1884/45725>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

MALERMAN, Thaís Jarcober. **Análise do perfil do consumidor de microcrédito em uma instituição financeira privada brasileira em 2012.** 2013. 35 f. Monografia (Especialização) - Curso de Ciências Econômicas, Faculdade de Economia e Administração, Insper Instituto de Ensino e Pesquisa, São Paulo, 2013.

MATTANA, Gustavo Alexandre Duda. **Análise de crédito e o data mining: uma proposta de aplicação na Instituição Fomento Paraná.** 2016. 59 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciencias Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico. Defesa : Curitiba, 15/04/2016. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1884/44424>>. Acesso em: 10 dez. 2018.

MAYRINK, Rayssa Danielle Dantas. **O Impacto do microcrédito sobre a renda e o emprego em Belo Horizonte.** 112 f. Dissertação: Mestrado Profissional em Administração. Belo Horizonte: Fipel, 2009. Disponível em: http://www.fpl.edu.br/2018/media/pdfs/mestrado/dissertacoes_2009/dissertacao_raysa_danielle_dantas_mayrink_2009.pdf Acesso em: 02 set 2018.

MONZONI NETO, Mario Prestes. **Impacto em renda do microcrédito: uma investigação empírica sobre geração de renda do crédito popular solidário (São Paulo Confia), no Município de São Paulo.** 2006. 194 f. Tese (Doutorado) - Curso de Administração Pública e Governo, Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2006.

MORAES, Jevane Mendonça. **Microcrédito como ferramenta de combate à pobreza e inclusão social: um estudo de caso do projeto amazônia florescer.** 94 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Administração Pública, Escola Brasileira De Administração Pública e de Empresas, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2010.

NITSCH, Manfred; SANTOS, Carlos A. **Da repressão financeira ao microcrédito.** 2001. 12 f. Revista de Economia Política, Vol. 21, Nº 4, São Paulo, 2001. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/pdf/84-10.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2018.

PARANÁ, Fomento. **Crédito ao setor privado.** Governo do Paraná, Curitiba, 2018. Disponível em: <http://www.fomento.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=25>. Acesso em: 25 jul. 2018.

PARANÁ, Fomento. **Estatuto social**. Governo do Paraná, Curitiba, 2018. Disponível em: <http://www.fomento.pr.gov.br/>. Acesso em: 20 jul. 2018.

PARENTE, Silvana. **Microfinanças: saiba o que é um banco do povo**. Brasília, DF: AED, 2002.

PEREIRA, Maria Ines Prevedello. **Desenho e mudança institucional: um estudo de caso do programa Banco Social do Parana**. 2008. 81f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciencias Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico. Defesa: Curitiba, 2008. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1884/14717>. Acesso em: 18 set. 2018.

RODRIGUES, Ozir Clavius. **Aprimoramento da burocracia na concessão de microcrédito: o exemplo do Banco Social no Paraná**. 2011. 28 f. Monografia (especialização) - Universidade Federal do Paraná, Especialização em Gestão Pública. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1884/33913>. Acesso em: 10 dez. 2018.

SANTOS, Carlos Alberto dos. **Microcrédito: notas sobre as características da demanda**. 225 f. Diretoria de Estudos Sociais, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Brasília, 2002. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/politicas_sociais/bps_04.pdf. Acesso em: 5 abr. 2018.

SCHREINER, M. **Informal finance and the design of microfinance. Development in Practice, v. 11, n. 5, p. 637-640, 2000**. Disponível em: http://appropriate-economics.org/materials/informal_finance_microfinance.pdf Acesso em 22.11.2018.

SOUZA, Jane Mary Godim de; **Microcrédito em Fortaleza: um instrumento de redução da pobreza?** Fortaleza: Banco do Nordeste, 2011.

SOUZA, Leandro Henrique de; PEREIRA, Jaiane Aparecida. **Empreendedorismo e microcrédito produtivo orientado: um estudo sobre o programa crescer: Ciclo de estudos em administração & ciclo de estudos tecnológicos**. 27 f. FAFIJAN,

Jandaia do Sul, 2014. Disponível em:

<<http://revista.fafijan.br/index.php/ACC/article/view/48>>. Acesso em: 2 set. 2018.

TUPPER, Vitor Vallim. **Microcrédito como ferramenta de inclusão social no Brasil**. 2010. 49 f. Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro, 2010.

VIOTI, Irene Hoffelder; JUNIOR, Flavio Locatelli. **Microcredito, construindo histórias no Paraná**: Uma revolução silenciosa que contribui para o crescimento da economia e dos municípios. 2015. ed. Curitiba: Ceolin e Lima Serviços Ltda, 2015. 10 p. v. 1.

YUNUS, M.; JOLIS, A. **O Banqueiro dos pobres**. São Paulo: Ática, 2006.

ZOUAIN, Deborah Moraes; BARONE, Francisco Marcelo. **Excertos sobre política pública de acesso ao crédito como ferramenta de combate à pobreza e inclusão social: o microcrédito na era FHC**. 12 f. Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas (EBAPE), Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rap/v41n2/10.pdf>. Acesso em 18 nov. 2018.